



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 979, 16 DE JANEIRO DE 2017.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Procurador-Geral de Justiça

SELMA SAUERBRONN
Vice-Procurador-Geral de Justiça

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DE ALMEIDA
Corregedora-Geral de Justiça

JOSÉ THEODORO CORREA DE CARVALHO
Chefe de Gabinete do MPDFT

WAGNER DE CASTRO ARAÚJO
Secretário-Geral



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.

Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 9h às 19h

Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA-GERAL**

**ADITAMENTO DO EDITAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA
TRIÊNIO 2017, 2018 e 2019**

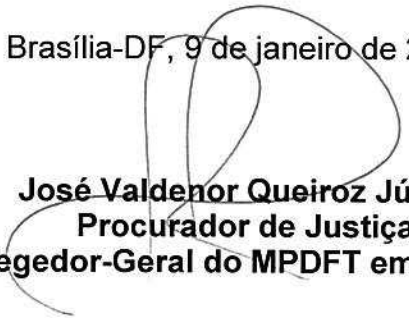
O Corregedor-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em exercício, em cumprimento ao disposto no art. 174, II, da Lei Complementar n. 75/93, art. 2º da Resolução nº 43/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, e art. 66 do Provimento n. 15/2004 do Conselho Superior do MPDFT, torna pública a **ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DAS VISITAS CORREICIONAIS** das Promotorias de Defesa do Patrimônio Público e Social (PRODEP) e Promotorias de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social (PJFEIS).

As datas das visitas correicionais relacionadas aos demais órgãos do MPDFT, já definidas no EDITAL publicado em 20 de outubro de 2016, permanecem inalteradas.

Cronograma da Correição Ordinária nas Promotorias de Defesa do Patrimônio Público e Social (PRODEP) e Promotorias de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social (PJFEIS)

1. Dias 9, 10, 13 e 14 de fevereiro de 2017 – Brasília
Promotorias de Defesa do Patrimônio Público e Social (PRODEP) e Promotorias de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social (PJFEIS)

Brasília-DF, 9 de janeiro de 2017.


José Valdenor Queiroz Júnior
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do MPDFT em exercício



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA -GERAL**

PORTARIA n. 001/2017-GCG

Brasília, 9 de janeiro de 2017

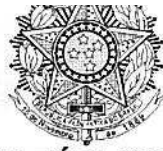
O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 172 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, bem como dos artigos 4º, VIII, 19, § 3º, e 74, todos da Resolução CSMPDFT nº 223, de 22 de setembro de 2016, e,

CONSIDERANDO que é dever do Corregedor-Geral realizar correições com o objetivo de verificar a regularidade do serviço, a eficiência da atividade da unidade, a pontualidade dos membros no exercício de suas funções, bem como o cumprimento das obrigações legais e dos atos normativos, das recomendações e das determinações do Conselho Superior, das Câmaras de Coordenação e Revisão, da Procuradoria-Geral, da Corregedoria-Geral e do Conselho Nacional do Ministério Público, adotando medidas preventivas ou saneadoras, bem como encaminhando providências em face de eventuais problemas constatados;

CONSIDERANDO que é dever do Corregedor-Geral receber reclamações, representações e denúncias dos servidores, cidadãos, ou de qualquer outro interessado, relativas à atuação de membros e de seus serviços auxiliares;

CONSIDERANDO que incumbe ao Corregedor-Geral designar comissão para auxiliar nos trabalhos de correição ordinária, requisitando Procuradores e Promotores de Justiça integrantes da carreira vitalícios e de cargo igual ou superior ao do correicionado, dando ciência ao Conselho Superior e à Procuradoria-Geral dessa decisão;

A handwritten signature in blue ink, appearing to be a stylized 'X' or similar mark.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA -GERAL**

RESOLVE:

Artigo 1º. Criar comissão auxiliar, no âmbito da Corregedoria-Geral, para atuação na Correição Ordinária de 2017 junto às Promotorias de Defesa do Patrimônio Público e Social (PRODEPs) e Promotorias de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social (PJFEIS) requisitando, no período de 9 a 14 de fevereiro de 2017, sem prejuízo das demais funções já exercidas, a Procuradora de Justiça **BENIS SILVA QUEIROZ BASTOS** e os Promotores de Justiça **LUIS HENRIQUE ISHIHARA, PAULO JOSÉ LEITE FARIAS, MOZAR LUIZ MARINO DE SOUSA e FÁBIO BARROS DE MATOS.**

§ 1º - Os membros auxiliares atuarão nas visitas correicionais designadas para os dias 9, 10, 13 e 14 de fevereiro de 2017 com poderes delegados para realização de atividades de inspeção, fiscalização, manuseio de autos, arquivos eletrônicos e preenchimento de formulários específicos, sem prejuízo dos demais atos necessários ao completo desenvolvimento da função.

§ 2º - A comissão auxiliar será presidida pelo Corregedor-Geral e assessorada pela Chefia de Gabinete, pela Assessoria de Análise Técnica de Informações, pela Assessoria de Estatística e Consolidação de Informações e pela Assessoria Jurídica da Corregedoria-Geral.

Artigo 2º. Cabe aos membros auxiliares verificar a regularidade do serviço, a eficiência, presteza e a pontualidade nos ofícios e dos membros correicionados, a qualidade, por amostragem, das manifestações do membro lotado na Unidade, e ainda, o cumprimento das obrigações legais e dos atos normativos, das recomendações e das determinações do Conselho Superior, das Câmaras de Coordenação e Revisão, da Procuradoria-Geral, da Corregedoria-Geral e do Conselho Nacional do Ministério Público.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be a stylized 'S' or similar character.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA -GERAL**

§ 1º - A regularidade do serviço será aferida a partir de certidões emitidas pela Corregedoria-Geral e relativas aos dados consolidados dos anos de 2015, 2016 e dos meses de janeiro e fevereiro de 2017, tomando por base as verificações eletrônicas mensais e os eventuais registros de Termos de Compromisso, procedimentos de verificação de pendências e das sindicâncias, inquéritos ou processos administrativos, desde que exclusivamente relacionados ao cumprimento do disposto no artigo 236, I, da Lei Complementar nº 75/93.

§ 2º - A eficiência será aferida, preferencialmente, a partir de atuações ministeriais documentadas que demonstrem, quando cabível:

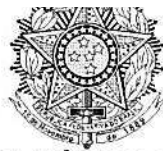
a) Prioridade de atuação em tutela coletiva, propondo ações individuais em situações absolutamente necessárias, sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários;

b) Utilização de mecanismos de resolução consensual, como a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas, as convenções processuais, os acordos de resultado, assim como outros métodos e mecanismos eficazes na resolução dos conflitos, controvérsias e problemas;

c) Esgotamento das alternativas de resolução extrajudicial dos conflitos, controvérsias e problemas, com o incremento da utilização dos instrumentos como a Recomendação, Termo de Ajustamento de Conduta, Projetos Sociais, adoção do arquivamento resolutivo e outras soluções sempre que essas medidas forem as mais adequadas;

d) Análises consistentes das notícias de fato e dos feitos internos, de modo a evitar a instauração de procedimentos inúteis ou o prosseguimento em situações nas quais é visível a inviabilidade da investigação, e ainda, o acompanhamento contínuo da tramitação, instrução e fiscalização dos processos judiciais, promovendo as medidas necessárias para a sua efetividade;

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized letter 'J' or similar character.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA -GERAL**

e) Delimitação do objeto da investigação, com a individualização dos fatos investigados e das demais circunstâncias relevantes, garantindo, assim, a duração razoável da investigação;

f) Avaliação contínua da real necessidade de novas diligências e medidas nos procedimentos extrajudiciais, justificando, inclusive, a necessidade das novas prorrogações, em especial por ocasião da renovação dos prazos;

g) Atuação preventiva e programática no combate a ilícitos que possam gerar situações de lesão ou de ameaça aos direitos protegidos pela atuação do órgão, buscando evitar a ocorrência do dano;

h) Atuação tempestiva e efetiva, quando inevitável o dano, garantindo uma resposta imediata com vistas a estancar a continuidade ou a repetição dos ilícitos, a reparação e a redução de eventuais dados indicativos de impunidade;

i) Realização de audiências públicas para permitir o acesso do cidadão à promotoria para o exercício direto da soberania popular, nos termos do parágrafo único do art. 1º da CR/1988, de modo a viabilizar a participação e a deliberação social sobre prioridades que devam ser objeto da atuação do ofício, assim como para prestar contas do trabalho ao cidadão interessado;

j) Alinhamento da atuação do ofício aos Programas Institucionais, aos Projetos Executivos construídos junto às demais promotorias similares e ao Planejamento Estratégico da Instituição, aprovado democraticamente com a participação tanto dos membros e servidores quanto da sociedade;

k) Realização de atividades extrajudiciais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões, projetos sociais adequados às necessidades da comunidade e outras atividades que resultem em medidas de proteção e de efetivação de direitos;

l) Utilização racional do mecanismo da judicialização, restringindo sua adoção nos casos em que essa via não seja obrigatória e indispensável;

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive letter 'S' or similar shape.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA -GERAL**

m) Atuação direcionada à proteção e à efetivação dos direitos e das garantias fundamentais.

§ 3º - A presteza será aferida, preferencialmente, a partir de atuações ministeriais documentadas que demonstrem, quando cabível:

a) A inexistência de lapso temporal superior a 120 (cento e vinte) dias entre os despachos e outros atos de impulsionamento dos feitos internos;

b) A inexistência de inquéritos policiais e termos circunstanciados baixados sem a especificação de diligências.

§ 4º - A pontualidade será verificada, preferencialmente, a partir de atuações ministeriais que demonstrem, quando cabível:

a) Atendimento ao expediente interno e ao expediente forense aferidos por ocasião da visita correicional ou a partir de dados consolidados na Corregedoria-Geral, desde que exclusivamente relacionados ao cumprimento do disposto no artigo 236, V, da Lei Complementar nº 75/93;

b) A regularidade no atendimento ao público externo.

§ 5º - Nos feitos internos, o mero despacho de prorrogação, ainda que fundamentado, não será considerado como impulsionamento do feito se não vier acompanhado de determinação de diligências investigativas específicas.

Artigo 3º. Cabe à Corregedoria-Geral examinar os seguintes aspectos, dentre outros, elaborando estudo estatístico que será disponibilizado ao membro corregedor auxiliar:

I – livros ou sistema de distribuição de autos de procedimentos administrativos, inquéritos civis, inquéritos policiais, processos judiciais, bem como a movimentação destes;

II – verificação quantitativa da entrada e saída de processos judiciais, inquéritos policiais e outros procedimentos administrativos, por membro lotado na Unidade, abrangendo os 12 (doze) meses anteriores à correição;

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive letter 'J' or similar character.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA -GERAL**

III – produção mensal de cada membro lotado na Unidade, bem como saldo remanescente;

IV – residência na unidade de lotação, ressalvadas as autorizações legais;

V – avaliação do desempenho funcional, verificando-se, inclusive, a participação e a colaboração efetiva nas atividades da Unidade, a entrega regular dos relatórios de metas da unidade e a presença em reuniões com promotorias similares para desenvolvimento de estratégias conjuntas.

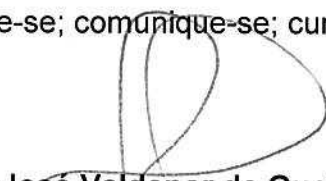
Art. 4º. O membro auxiliar preencherá formulário próprio desenvolvido pela Corregedoria-Geral, apontando as boas práticas observadas, as eventuais irregularidades constatadas, bem como as conclusões e medidas sugeridas para prevenir erros, corrigir problemas e aprimorar o serviço desenvolvido pela Unidade.

Parágrafo único: Os relatórios parciais das correições serão elaborados pela Corregedoria-Geral, ouvido o membro do Ministério Público correicionado.

Artigo 5º. Os trabalhos correccionais serão desenvolvidos pela equipe da corregedoria junto aos ofícios e serviços auxiliares nos dias descritos no edital respectivo, das 8h às 12h e das 14h às 19h, sendo que as visitas correccionais e entrevistas aos membros ocorrerão, preferencialmente, no período vespertino em horário pré-agendado.

Artigo 5º. Os casos omissos serão decididos pelo Corregedor-Geral.

Publique-se; comunique-se; cumpra-se


**José Valdenor de Queiroz Júnior
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral em exercício**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA-GERAL**

**ADITAMENTO DO EDITAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA
TRIÊNIO 2017, 2018 e 2019**

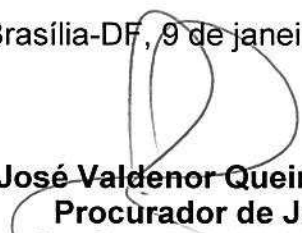
O Corregedor-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em exercício, em cumprimento ao disposto no art. 174, II, da Lei Complementar n. 75/93, art. 2º da Resolução nº 43/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, e art. 66 do Provimento n. 15/2004 do Conselho Superior do MPDFT, torna pública a **ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DAS VISITAS CORREICIONAIS** das Promotorias de Defesa do Patrimônio Público e Social (PRODEP) e Promotorias de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social (PJFEIS).

As datas das visitas correicionais relacionadas aos demais escritórios do MPDFT, já definidas no EDITAL publicado em 20 de outubro de 2016, permanecem inalteradas.

Cronograma da Correição Ordinária nas Promotorias de Defesa do Patrimônio Público e Social (PRODEP) e Promotorias de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social (PJFEIS)

1. Dias 9, 10, 13 e 14 de fevereiro de 2017 – Brasília
Promotorias de Defesa do Patrimônio Público e Social (PRODEP) e Promotorias de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social (PJFEIS)

Brasília-DF, 9 de janeiro de 2017.


José Valdenor Queiroz Júnior
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do MPDFT em exercício



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4/2017 – UASG 200009

Nº Processo: 08191065165201612. Objeto: Registro de Preços, pelo prazo de até 12 meses, para eventual fornecimento e instalação de placas de inauguração, fornecimento e montagem de molduras com colocação de vidro, fornecimento de carimbos com serviço de reposição e fornecimento e instalação de placas do sistema de sinalização e comunicação visual do MPDFT, fornecimento e aplicação de inscrição em vinil, fornecimento de plaquetas em alumínio e acrílico, placas e prismas em acrílico, placas diversas em aço escovado e restauração de régua usadas com repintura e aplicação de inscrição em vinil adesivo. Total de Itens Licitados: 48. Edital: 16/01/2017 das 08h00 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT, Sala 607, Praça do Buriti, Brasília/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200009-5-00004-2017. Entrega das Propostas: a partir de 16/01/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/01/2017 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.
Marli de Sousa Rego – Pregoeira MPDFT.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
ASSESSORIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**

**O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 440/SG, de 2/6/2016, tendo em vista o que consta no Processo *Tabularium* n.º 08191.000536/2017-93,

RESOLVE:

Conceder licença para capacitação ao servidor **Norisvaldo Dias Brandão**, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, matrícula 4143, no período de **30/01/2017 a 24/02/2017 (26 dias)**, referente ao 6.º quinquênio (27/04/2008 a 25/04/2013), para a realização dos cursos: “Ética e Administração Pública” 40 (quarenta) horas e “Modalidades, Tipos e Fases da Licitação” 40 (quarenta) horas com carga horária total de 80 (oitenta) horas, ministrado pelo ILB – Instituto Legislativo Brasileiro, na modalidade à distância, nos termos do artigo 87 da Lei n.º 8.112/90, e da Portaria/PGR n.º 42, de 25 de junho de 2014.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

DELSON RODRIGUES DAMASCENO JÚNIOR



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
ASSESSORIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**

O SECRETÁRIO EDUCAÇÃO CORPORATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 440/SG, de 2/6/2016, tendo em vista o que consta no Processo *Tabularium* n.º 08191.000460/2017-04,

RESOLVE:

Conceder licença para capacitação ao servidor **CARLOS JOSÉ RODRIGUES SOBRAL**, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, matrícula 1883, no período de **23/03/2017 a 11/04/2017 (20 dias)**, referente ao 3º quinquênio, qual seja, (23/04/2007 a 20/04/2012), para a realização dos cursos “Conhecendo o novo acordo ortográfico” 20 (vinte) horas e “Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público” 35 (trinta e cinco) horas, totalizando 55 (cinquenta e cinco) horas de treinamento, ministrados pelo ILB - Instituto Legislativo Brasileiro, na modalidade à distância, nos termos do artigo 87 da Lei n.º 8.112/90, e da Portaria/PGR n.º 42, de 25 de junho de 2014.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

DELSON RODRIGUES DAMASCENO JÚNIOR



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
ASSESSORIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA**

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 440/SG, de 2/6/2016, tendo em vista o que consta no Processo *Tabularium* n.º 08191.000578/2017-24,

RESOLVE:

Conceder licença para capacitação ao servidor **Eduardo de Figueiredo Rosendo**, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula 3982, no período de **9/3/2017 a 7/4/2017 (30 dias)**, referente ao 1º quinquênio (15/12/2011 a 12/12/2016), para a realização dos cursos “Introdução ao Direito Constitucional” 40 (quarenta) horas e “O Poder Legislativo” 40 (quarenta) horas com carga horária total de 80 (oitenta) horas, ministrados pelo ILB – Instituto Legislativo Brasileiro, na modalidade à distância, nos termos do artigo 87 da Lei n.º 8.112/90, e da Portaria/PGR n.º 42, de 25 de junho de 2014.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

DELSON RODRIGUES DAMASCENO JÚNIOR



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL**

PORTARIA Nº 31 , DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, EM EXERCÍCIO, nomeado pela Portaria nº 1270/PGJ, de 23/12/2016, publicada no Diário Oficial da União nº 247 de 26/12/2016 e considerando o teor do Tabularium nº 08191.002583/2017-71,

RESOLVE:

Dispensar, a contar de 5/1/2017, a servidora **HELIZA CRISTINA CAVALCANTI FERNANDES**, matrícula 4321-4, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, do encargo de substituta da função de confiança de Chefe do Serviço de Secretaria do Setor de Apoio e Controle dos Feitos Especiais Criminais da Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Ceilândia, código FC-02 (72001032).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL**

PORTARIA Nº 32 , DE 12 DE JANEIRO DE 2017.


O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, EM EXERCÍCIO, nomeado pela Portaria nº 1270/PGJ, de 23/12/2016, publicada no Diário Oficial da União nº 247 de 26/12/2016 e considerando o teor dos Tabulariums nº 08191.001146/2017-31 e 08191.001279/2017-15,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **MARCOS LIMA DE VASCONCELOS**, matrícula 4698-1, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Chefe do Serviço de Secretaria do Setor de Apoio e Controle dos Feitos Criminais, Especiais Criminais e de Violência Doméstica da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brazlândia, código FC-02 (82001005), dispensando-o, em consequência, do encargo de substituto.

Art. 2º Designar o servidor **MARCOS LIMA DE VASCONCELOS**, matrícula 4698-1, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, a função de confiança de Chefe de Secretaria de Promotoria da Secretaria Administrativa da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brazlândia, código FC-03 (82000001).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL


PORTARIA Nº **33** , DE **12** DE JANEIRO 2017.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, EM EXERCÍCIO, nomeado pela Portaria nº 1270/PGJ, de 23/12/2016, publicada no Diário Oficial da União nº 247 de 26/12/2016 e considerando o teor do Tabularium nº 08191.002306/2017-69,

RESOLVE:

Designar a servidora **ISIS MARTINS**, matrícula 5209-4, Analista do MPU/Apoio Técnico Especializado/Gestão Pública da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, a função de confiança de Chefe do Serviço de Secretaria - Violência Doméstica da Divisão de Registro e Controle dos Feitos da Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Recanto das Emas, código FC-02 (94001016).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA N° 34 , DE 12 DE JANEIRO 2017.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, EM EXERCÍCIO, nomeado pela Portaria n° 1270/PGJ, de 23/12/2016, publicada no Diário Oficial da União n° 247 de 26/12/2016 e considerando o teor do Tabularium n° 08191.002292/2017-83,

RESOLVE:

Designar o servidor **SUEDNEY DOS SANTOS**, matrícula 3725-7, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Técnico I da Divisão de Análise Processual da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brazlândia, código FC-02 (82001009), dispensando, em consequência, o servidor **LEONARDO SALOMAO LIMA**, matrícula 5118-7.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº *35* , DE *12* DE JANEIRO 2017.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, EM EXERCÍCIO, nomeado pela Portaria nº 1270/PGJ, de 23/12/2016, publicada no Diário Oficial da União nº 247 de 26/12/2016 e considerando o teor do Tabularium nº 08191.002254/2017-21,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **SAMUEL DE BRITO**, matrícula 5042-3, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, para substituir, nos impedimentos legais, eventuais e temporários, a função de confiança de Chefe do Serviço de Secretaria da Secretaria Executiva do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, código FC-02 (50080010).

Art. 2º Dispensar o servidor **SAMUEL DE BRITO**, matrícula 5042-3, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, do encargo de substituto da função de confiança de Chefe do Serviço de Secretaria da Secretaria Executiva do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, código FC-02 (50080011).

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


ANDRÉ LUIZ CAPPI PEREIRA



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 91/2016**

Tornamos público o resultado do julgamento das propostas apresentadas na licitação em epígrafe. Empresas vencedoras com os seguintes valores unitários: Realy Produções e Eventos Ltda. - ME (Item 1 - R\$234,99) e Nbastian Fotografia e Comunicação Ltda. - ME (Grupo 1: Itens 2 - R\$2,32; 3 - R\$3,90; 4 - R\$4,00; 5 - R\$11,40 e 6 - R\$44,20).
Marli de Sousa Rego – Pregoeira MPDFT.